



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades e Letras
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

JUCILENE DE JESUS SANTOS

**TRANCAMENTO E EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: uma análise da turma de
2010 do CSTGP/UFRB**

CACHOEIRA-BA

2016

JUCILENE DE JESUS SANTOS

**TRANCAMENTO E EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: uma análise da turma de
2010 do CSTGP/UFRB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pela aluna Jucilene de Jesus Santos, como requisito de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública, conferido pelo Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sob orientação da Prof^a. Lys Maria Vinhaes Dantas.

CACHOEIRA

2016

JUCILENE DE JESUS SANTOS

**TRANCAMENTO E EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: uma análise da turma de
2010 do CSTGP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 04 de fevereiro de 2016.

Lys Maria Vinhaes Dantas

Professora orientadora

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Edgilson Tavares de Araújo

Doutor e mestre em Serviço Social pela Universidade Católica de São Paulo

Professor Adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Hadson de Oliveira Santos

Especialista em Gestão Pública pela Faculdade de Ciências Educacionais

Capim Grosso.

Técnico-Administrativo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

A

Tânia Monteiro e Adeildo Oliveira, avós paternos de João Victor (filho), obrigado por, junto comigo, ensinar o meu filho a brincar sem medo e crescer com a certeza que é feliz e amado.

AGRADECIMENTOS

São tantos e tão especiais...

Primeiro, agradecer a Deus, pois não teria chegado aonde cheguei se não fosse com a ajuda dele, pois eu sei que ele guia cada passo meu.

A João Victor, filho querido, pelo amor, companheirismo, compreensão e entendimento pela minha ausência.

A Tânia e Adeildo pelo apoio, por ter meu filho como seu, sendo pai e mãe em todos os momentos.

A Eliana Gonçalves (em memória) e toda sua família, por ter feito parte da minha vida, pelos conselhos, palavras de conforto, puxões de orelha e todo carinho dedicado a mim.

Aos amigos, por suportar meus momentos de loucuras, aflições e insegurança.

Aos mestres que passaram em minha vida, em especial minha querida professora e orientadora Lys Maria Vinhaes Dantas, pela paciência, insistência e dedicação.

Ao Núcleo de Apoio Acadêmico, pela qualidade e simpatia do atendimento, em especial, Marcus, Hadson, Vanhise, Ane, e Lélia pelas suas disponibilidades.

A Luciana Sacramento, Subchefe do Apoio aos Colegiados, setor onde realizei estágio extracurricular, e antes de tudo minha querida amiga. Agradeço-te pelo apoio, palavras de conforto e por levantar meu astral com sua energia positiva nos momentos tristes.

Muito obrigada!

SANTOS, Jucilene de Jesus. TRANCAMENTO E EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: uma análise da turma de 2010 do CSTGP/UFRB. 43 p.. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016

RESUMO

O ensino superior no Brasil, antes mais elitizado, está se democratizando. Entretanto, acompanhando a expansão de vagas e instituições públicas que acontece mais fortemente a partir de 2007, são observados alguns problemas e um deles é o aumento da evasão. Esta pesquisa teve como objetivo investigar as relações entre evasão e trancamento de alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - CSTGP da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, da turma de 2010, com 50 alunos. Em 2014.2, se encerrou o prazo máximo de formação para a Turma, de acordo com o projeto pedagógico do Curso, o que favorece a investigação do seu comportamento em 2015.1. O CSTGP foi implantado no dia 23 de dezembro de 2009, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), na cidade de Cachoeira-BA, e em 2010 recebeu sua primeira turma. Na coleta de dados, foi realizada uma visita à SURRAC (Superintendência de Regulamentação e Registros Acadêmicos) para identificação dos processos de trancamento (parcial e total), bem como de transferências e de cancelamentos; os históricos escolares dos 50 alunos também foram obtidos. Em 2015, dos 50 alunos iniciais, 19 haviam se formado; 08 desistiram (alguns para migrar para outros cursos); 10 são falsos desistentes (efetuaram a matrícula, mas nunca compareceram à sala de aula); 15 tinham saído pelo Art. 65 do Regulamento de Graduação; e 08 estão ainda retidos (04 dos quais sem matrícula). As desistências aconteceram no primeiro semestre (3), terceiro semestre (4) e quarto semestre (1). A análise dos processos, na busca por motivos declarados de trancamento, indica dificuldades financeiras, trabalho e doença, sendo o trabalho o fator predominante. Entre 2010.1 e 2014.2, os números de trancamentos parciais durante o curso somaram 8 e trancamentos totais 4, sendo reduzidos quando observado, no mesmo período, o número de reprovações por frequência: 40. Além disso, ao total, foram 26 reprovações por nota. O aluno da Turma 2010 não utilizou com frequência, portanto, o trancamento. Talvez por esta razão não tenha sido encontrada relação estatisticamente significativa entre evasão e trancamento. No entanto, ainda que não significativa a 95%, foi encontrada relação entre *status* de formatura e trancamentos parciais, talvez sugerindo que o aluno que deseja se formar utiliza o trancamento como estratégia de permanência.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior; evasão; trancamento.

LISTA DE SIGLAS

IES – Instituição de educação superior.....	07
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.....	07
CSTGP – Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.....	07
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”.....	10
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.....	12
SISU – Sistema de Seleção Unificada.....	12
PROUNI – Programa Universidade para Todos.....	13
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.....	13
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil.....	13
REG – Regulamento do Ensino de Graduação.....	18
CAHL – Centro de Artes, Humanidades e Letras.....	23
NUAC – Núcleo de Apoio Acadêmico.....	23
SURRAC – Superintendência de Regulamentação e Registros Acadêmicos.....	23
CST – Curso Superior Tecnológico.....	27

LISTA DE TABELAS

TABELA I: Número de Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa - Brasil - 2003-2013.....	9
TABELA II: Número total de reprovações por frequência durante o curso.....	29
TABELA III: Número total de reprovações por nota durante o curso.....	30
TABELA IV: Número de disciplinas trancadas parcialmente durante o curso.....	31
TABELA V: Número de trancamentos totais durante o curso.....	31

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I: Evolução das Matrículas de Educação Superior de Graduação, por Categoria Administrativa Brasil – 1980-2013.....	10
GRÁFICO II: Evolução do Número de Matrículas de Graduação do Grau Tecnológico – Brasil – 2003-2013.....	25
GRÁFICO III: <i>Status</i> no semestre 2014. 2.....	28
GRÁFICO IV: Motivos de trancamento.....	32
GRÁFICO V: Motivos de desistência.....	33

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	7
2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	9
2.1 Democratização e expansão do ensino superior.....	9
2.2 Evasão: conceitos, causas e conseqüências.....	14
2.2.1 Causas de evasão.....	16
2.3.Trancamentos.....	18
2.3.1. O que são trancamentos?	18
2.3.2 Definições pelo REG da UFRB.....	18
2.4. Quadro de análise.....	21
3. MÉTODO.....	23
3.1. Abrangência temporal e geográfica.....	23
3.2. Sujeitos e fontes.....	23
3.3. Etapas da pesquisa.....	23
3.4. Tipos de análise adotados.....	24
3.5. Compromissos éticos.....	24
4. O CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA.....	25
4.1. Breve panorama dos cursos superiores tecnológicos no Brasil.....	24
4.2. O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.....	26
5. RELAÇÃO ENTRE TRANCAMENTO E EVASÃO NO CSTGP.....	28
5.1. A turma de 2010 do CSTGP.....	28
5.2. Razões declaradas para os trancamentos e desistências.....	32
5.3. Relações entre trancamento e evasão.....	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
7. REFERÊNCIAS.....	40
8. APÊNDICE.....	43

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o Brasil vive a expansão da educação superior, com a ampliação das redes das universidades federais e dos institutos de educação profissional e tecnológica. Entretanto, acompanhando a expansão de vagas e instituições públicas que acontece mais fortemente desde 2007, são observados alguns problemas e um deles é aumento da evasão.

Não há dúvida de que o problema da evasão escolar existe, é sério e causa enormes prejuízos para as instituições de ensino superior (IES). Para as famílias e o acadêmico, a evasão representa um sonho não realizado, desperdício de tempo e/ou de dinheiro. Evasão é um fenômeno complexo com sérias repercussões sociais e econômicas, pois implica perda de receita. Recursos e capacidade instalada das IES ficam ociosos, frustram-se as esperanças das famílias, da sociedade e muitas vezes do próprio jovem universitário, muito cedo obrigado a definir sua carreira e destino profissional. Caso a evasão seja definitiva (sem retorno posterior ou reopção de curso), este fenômeno trará repercussões por toda a vida do ex-universitário.

Do ponto específico da gestão, a evasão traz sérios problemas financeiros (além de sinalizar outros, de natureza pedagógica e/ou administrativa), portanto, a evasão escolar é um fenômeno grave e requer medidas eficazes de combate.

Neste panorama, esta pesquisa teve como objetivo investigar quais as relações entre evasão e trancamento na Turma 2010 do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Buscou-se ainda investigar: 1) o perfil da Turma 2010 ao longo do período 2010-2014 nas seguintes categorias: formados x matrículas ativas x desistentes x concluídos, evadidos e retidos; 2) identificar as disciplinas e razões apresentadas para o trancamento parcial ou total durante os semestres 2010.1 a 2014.2; e 3) buscar as relações entre trancamento e evasão.

O presente trabalho de conclusão de curso está estruturado da seguinte maneira: na primeira parte, traz-se esta introdução, contemplando a exposição do tema, os objetivos e possíveis contribuições para a gestão; na seção seguinte, apresenta-se o referencial teórico, que dará sentido aos fatos a serem estudados. Inicialmente aborda-se a questão da democratização e expansão do ensino superior, os conceitos relacionados à evasão no ensino superior e, em seguida, são analisados estudos realizados sobre evasão, possíveis causas, tipos encontrados na literatura; conceitos de trancamentos e como são definidos no Regulamento da UFRB. A terceira seção trata do método e, na quarta, é analisado o panorama dos cursos

superiores tecnológicos no Brasil e o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. A seção seguinte relaciona e discute os resultados obtidos nesta investigação, em especial quanto à relação entre trancamento e evasão na turma de 2010 do CSTGP; razões declaradas para o trancamento; relações entre trancamento e evasão. Por fim, são feitas as considerações finais, com as conclusões deste estudo.

Em se tratando de uma pesquisa inédita na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, seus resultados poderão estimular novas pesquisas sobre a mesma abordagem. Servirá como ponto de partida para novos estudos e novas investigações. Ela é importante pela carência de estudos a respeito do tema. Espera-se que contribua, também, com a gestão acadêmica, pois, na medida em que se conhecem as principais causas da evasão de seus alunos, conhecem-se também pontos que necessitam de intervenção dos gestores educacionais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Democratização e expansão do ensino superior no Brasil

Enfatizar o direito à educação no país consiste em um importante objetivo das políticas públicas nas últimas décadas. Na Constituição Federal de 1988 (Art.5º) fica estabelecido que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, a o seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho. O ensino, por sua vez, deverá ser ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, com coexistência de instituições públicas e privadas, garantindo a gratuidade e gestão democrática do ensino público (CF/88, Art.206, incisos I a VII).

Nos últimos anos, o Brasil vivencia um período de crescimento acelerado no número de instituições de educação superior (IES) e no número de alunos no ensino superior, como pode ser visto na tabela a seguir (INEP, 2013).

Tabela I - Número de Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa - Brasil - 2003-2013

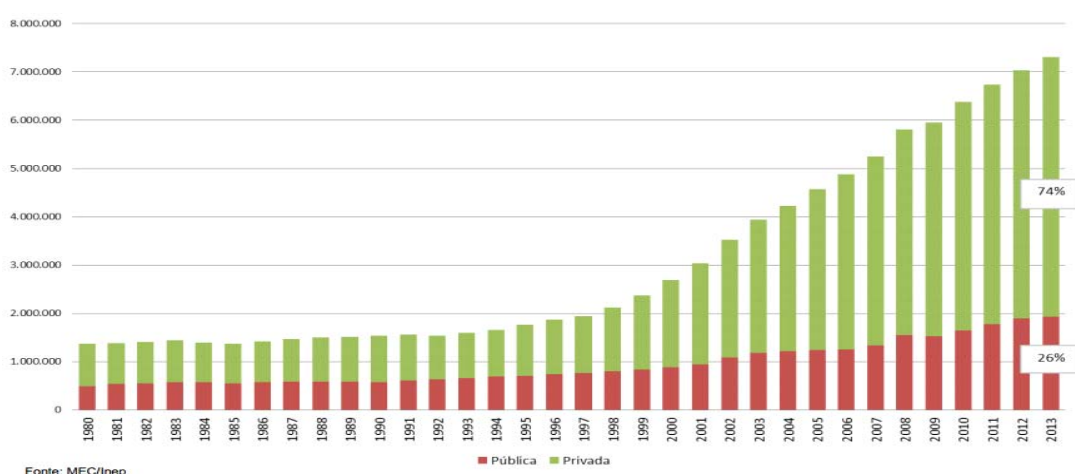
Ano	Instituições								
	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2003	1.859	79	84	3	78	86	1.490	39	-
2004	2.013	83	86	3	104	104	1.599	34	-
2005	2.165	90	86	3	111	105	1.737	33	-
2006	2.270	92	86	4	115	119	1.821	33	-
2007	2.281	96	87	4	116	116	1.829	33	-
2008	2.252	97	86	5	119	100	1.811	34	-
2009	2.314	100	86	7	120	103	1.863	35	-
2010	2.378	101	89	7	119	133	1.892	37	-
2011	2.365	102	88	7	124	135	1.869	40	-
2012	2.416	108	85	10	129	146	1.898	40	-
2013	2.391	111	84	10	130	140	1.876	40	-

Fonte: Mec/Inep; Tabela elaborada por Inep/Deed.

Entre 2003 e 2008 cresce de 1.859 para 2.252 o número de IES no Brasil. O número se estabiliza de 2008 a 2011, tem um pequeno aumento em 2012 e em 2013 uma pequena queda. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP, 2013), o total de alunos na educação superior brasileira chegou a 7,3 milhões em 2013, quase 300 mil matrículas acima do registro no ano anterior. Os universitários estão distribuídos em 32 mil cursos de graduação, oferecidos por 2,4 mil instituições de ensino superior – 301 públicas e 2 mil particulares. As universidades são responsáveis por 53,4% das matrículas, enquanto as faculdades concentram 29,2% (INEP/ 2013). Entretanto, Buarque (2005) afirma que a formação da universidade brasileira ainda se apresenta de forma fragmentada e, às vezes, incompatível com as exigências de mercado. Ressalta também que poucos têm acesso a um ensino de qualidade.

No Gráfico I é apresentada a Evolução das Matrículas de Educação Superior de Graduação, por Categoria Administrativa Brasil – 1980-2013:

Gráfico I- Evolução das Matrículas de Educação Superior de Graduação, por Categoria Administrativa Brasil – 1980-2013.



Pelo gráfico acima nota-se que as IES privadas têm uma participação de 74,0% no total de matrículas de graduação e as públicas, 26% (INEP, 2013). A ocupação de espaço do setor privado continua bastante alta.

O aumento de vagas possibilitou que muitos jovens fossem os primeiros membros de suas famílias a ingressar nas universidades (DANTAS, SANTOS, 2014). No entanto, o aumento no número de vagas ocorreu, em um primeiro momento, quase que exclusivamente nas instituições privadas e atingiu uma pequena parcela da população com condições financeiras de arcar com os custos do ensino superior. Em meio a esse processo de

democratização e expansão, surge um modelo de educação que se volta unicamente para os valores do mercado, uma concepção de educação como mercadoria. Sobrinho (2010) discute que:

Uma educação-mercadoria não poderia ser democrática, pois só seria acessível àqueles que a podem comprar. Num país cuja maioria da população é pobre, como o Brasil, a população de baixa renda poderia pagar, na melhor das hipóteses, por uma educação-mercadoria de baixo custo e precária qualidade. (SOBRINHO, 2010, p.1224)

Sobrinho (2010) e Teixeira (2011) enfatizam que democratização não se limita à oportunidade de ingresso no ensino superior, mas também em empregar ferramentas que assegurem a permanência desses estudantes, ou seja, não basta expandir o acesso, mas garantir padrões mínimos de qualidade. Teixeira (2011) relata que “Inegavelmente, não é suficiente ter acesso ao ensino superior para que tenhamos assegurada a situação de sucesso escolar (...), à medida que, ao acesso, se segue o desafio da permanência” (p. 36).

Mesmo com o aumento do acesso à educação superior, a formação no ensino básico continua sendo alvo de críticas. Buarque (2005) ressalta a falta de qualidade na formação infantil, fundamental e média, destacando a necessidade de mudanças em relação ao processo ensino- aprendizagem com mais qualidade. Segundo o autor:

A única forma de universalizar com qualidade a educação básica é investir na educação superior pública de qualidade. A educação básica no Brasil era de qualidade quando apenas os filhos da elite frequentavam a escola. Eles tinham prédios bonitos, eram bem equipadas, tinham professores escolhidos entre os mais capazes e com bons salários, e eram mantidas e fiscalizadas pelo governo nacional, no Império e na República (BUARQUE, 2005, p.21).

Para Sobrinho (2010), a maior dificuldade que as IES enfrentam é a formação do aluno que vem do ensino básico. O autor diz que:

Com relação à educação superior, é importante observar que as políticas de expansão do acesso só se efetivarão plenamente no caso de haver existido uma cobertura completa e com qualidade nos níveis educacionais precedentes, a começar pela pré-escola. (p.1232).

Teixeira (2011) faz uma reflexão sobre as trajetórias do estudante até o ingresso no ensino superior:

Refletir sobre o caminho percorrido entre o ensino médio e o superior, entre o curso médio na escola pública, o vestibular e a universidade. Seguramente, esse caminho não se inicia no momento em que ocorre o ingresso no nível médio, mas se inscreve em toda a trajetória socioeducacional que o antecede, ainda que o ensino médio seja identificado, em geral, como antessala do vestibular, estágio crucial para o ingresso na universidade. (TEIXEIRA, 2011, p.29).

A exclusão acontece não só na passagem da educação básica à educação superior, mas em toda a trajetória escolar. Zago (2006) fala que “já se tornou senso comum a afirmação de que a política pública voltada para a educação básica não tem contribuído para garantir um ensino de qualidade”. (p.230).

Ingressar simplesmente na educação superior não garante o sucesso educacional do estudante, pois as características deste nível de ensino se diferenciam da educação fundamental e do ensino médio. Polydoro (2000) afirma que “se antes era o primeiro da turma, no colégio ou cursinho, a nova configuração da turma compreende outros bons alunos, e os que anteriormente se destacavam podem passar a serem alunos médios ou fracos” (p. 10). Para Santos, Matos e Santos (2013), em um estudo sobre evasão na UFRB,

Os estudantes calouros não dominam os rigores do discurso universitário, desse modo cabe à instituição fornecer esse entendimento dando o devido suporte (...) sendo acadêmico e social, na medida em que ambientaliza o novo estudante com a academia. (p.04).

Nos últimos anos, com a adesão das universidades federais ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e, mais recentemente, com a política de cotas, os estudantes de baixa renda, oriundos de escola pública, estão tendo condições de acesso à educação superior. Infelizmente, com a decorrência de suas condições financeiras, os alunos desistem, desde o início, da tentativa de ingressar em cursos mais concorridos, por insegurança, automaticamente se auto excluindo (ZAGO, 2006; POLYDORO, 2000; SOBRINHO, 2010; TEIXEIRA, 2011), procurando por outros cursos com menos prestígio, mesmo com pouco interesse em exercer a profissão correspondente.

Segundo Santos, Matos e Santos (2013), nas IES públicas, a exclusão está relacionada “ao formato de inscrição do SISU (Sistema de Seleção Unificada), no qual o estudante faz diversas simulações com a sua nota obtida no Enem, interessando-se não pelo curso que realmente deseja, mas pelo que tem condições de ingressar (...)”. (p.11). Desta forma, espera que a opção por áreas menos concorridas possibilite o ingresso a um nível educacional superior. Zago (2006) enfatiza que:

O ensino superior representa para esses estudantes um investimento para ampliar suas chances no mercado de trabalho cada vez mais competitivo, mas, ao avaliar suas condições objetivas, a escolha do curso geralmente recai naqueles menos concorridos e que, segundo estimam, proporcionam maiores chances de aprovação (p. 231).

Dantas e Santos (2014) explicam que:

Para estudantes de baixa renda, oriundos de famílias desescolarizadas, mesmo com o mecanismo de acesso menos excludente, a continuidade dos estudos no nível superior não é ‘natural’, como é para alunos com renda familiar mais alta, que estudaram em escolas privadas. (p.03).

Essa ideia também é discutida pelas autoras Bardagi e Hutz (2005) quando dizem que “ao admitir e incentivar a democratização do ensino superior, as instituições precisam também perceber que têm acesso a ele alunos com diferenças de desempenho no ensino médio, variadas condições socioeconômicos” (p.289).

Neste contexto, no qual o acesso ainda era restrito a uma pequena parcela da população, parte da expansão deve-se aos programas de inclusão universitária, tais como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado na Lei nº 11.096/2005, que tem como objetivo a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior, as quais recebem, em contrapartida, isenção de impostos federais. Destinadas a brasileiros que não possuam diploma de curso superior, as bolsas de estudo são concedidas observando a renda familiar mensal per capita dos estudantes, que deve ser de até um salário mínimo e meio para bolsa integral e de até três salários mínimos para bolsa parcial. Para participar do PROUNI o estudante deve, além de atender aos requisitos de renda e de ter participado do Enem, atender a uma das seguintes condições: ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola. (BRASIL, 2014).

Há ainda o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que tem como principal objetivo, ampliar o acesso e a permanência na educação superior. As ações do REUNI contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão. Foi instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007. Outro programa do Ministério da Educação que tem facilitado o acesso ao ensino superior é o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, criado em 1999. O FIES é um programa destinado a financiar, prioritariamente, o ensino superior de estudantes matriculados em instituições de ensino superior privado. Por meio do FIES, o Governo Federal assume os gastos com matrícula e mensalidades do estudante durante toda a graduação. De acordo com o perfil e o interesse do contratante, o valor financiado varia de 50% a 100% do montante total. O reembolso do capital inicia-se após período de carência, que se inicia com a conclusão do

curso (BRASIL, 2014). Os programas citados aumentaram o acesso à educação superior, assim como criaram novos cursos e ampliaram o número de IES.

Por outro lado, diante de todas as questões apresentadas acima, no que diz a respeito às ferramentas de democratização e expansão do acesso ao ensino superior, as universidades estão tendo que conviver com o fenômeno chamado evasão.

Na seção seguinte são apresentados os principais estudos sobre evasão e as prováveis causas encontradas em pesquisas já realizadas.

2.2. Evasão: conceitos, causas e consequências

A evasão escolar vem sendo discutida há muitos anos e ainda está muito longe de ser solucionada. Bardagi e Hutz (2009) definem “evasão de curso como a saída do aluno de seu curso de origem sem concluí-lo” (p. 95). Para Rodriguez (2011), “o conceito de evasão considera estudantes que abandonam, trancam, desligam-se ou transferem-se para outra instituição de ensino”. (Pg. 03).

Segundo Lobo (2012), a evasão pode ser dividida em quatro modalidades: a primeira é a evasão do curso (aquela em que o aluno deixa o curso por qualquer razão, muda de curso, mas permanece na IES, muda para outro curso de outra IES ou abandona os estudos universitários), exemplo, transferência interna e outros processos; a segunda é a evasão da instituição de ensino (na qual o aluno deixa a IES, mas não deixa o sistema de ensino superior, ou seja, muda de instituição), exemplo, transferência externa e outros processos; a terceira é a evasão do sistema (é aquela em que o aluno deixa de estudar e abandona o sistema de ensino, ou seja, não se encontra mais estudando em nenhuma IES, de qualquer tipo dentro do sistema estudado); e a quarta é a evasão do aluno (esta é a evasão de que se originam todas as outras, ou seja, a evasão do curso, evasão da IES e evasão do sistema).

Polydoro (2000) define dois aspectos sob os quais a evasão pode ser analisada, a evasão temporária e a evasão definitiva, ou ainda, evasão reversível e irreversível, sendo que, na primeira situação vai depender de a instituição salvar os alunos que manifestam o interesse em evadir, procurando desenvolver estratégias que motivem a permanência dos alunos na instituição.

As evasões (curso, instituição, sistema e de aluno) constituem um problema tanto para os estudantes como para as instituições. Há perdas de natureza econômica para o aluno, uma

vez que as recompensas sociais se relacionam à obtenção do título. As instituições, notadamente as particulares, sofrem com a perda de prestígio e com o risco de manutenção das condições de sobrevivência financeira. A sociedade perde com os investimentos mal aproveitados, uma vez que os alunos ocupam as vagas e não concluem seus cursos. Lobo (2012) retrata os prejuízos do ponto de vista dos recursos humanos e materiais, como também a perda de tempo dos envolvidos, como alunos, professores, instituição e a sociedade.

Não é incomum que o estudante decida mudar de área, deixando a vaga ociosa, que raramente é preenchida nas IES públicas. Nas instituições privadas só há preenchimento nas carreiras mais concorridas e nos estabelecimentos que conquistaram maior credibilidade no mercado. De acordo com Cunha, Nascimento e Durso (2014):

Os investimentos que são destinados (tanto particulares quanto público) no caso de evasão são perdidos, sem possibilidade de recuperá-los, pois a vaga utilizada por um estudante que evadiu de um curso não poderá ser aproveitada por outro (p.04).

Pode haver decepções, também, quanto às expectativas levantadas em relação à vida universitária, à estrutura e metodologia do trabalho acadêmico, quando o aluno, mesmo com o pouco conhecimento específico, almeja o exercício da profissão. A falta de informação sobre a profissão e o curso em que os alunos ingressam leva muitos à evasão. Ao perceberem que agiram movidos por expectativas infundadas a respeito da instituição ou da profissão escolhida, se decepcionam com o curso e a universidade e passam a considerar a possibilidade de desistência (VELOSO, ALMEIDA, 2001).

A evasão escolar no ensino superior brasileiro é um fenômeno grave que acontece tanto nas instituições públicas quanto nas privadas e requer medidas eficazes de combate. Ao observar a evolução do número de ingressantes nos últimos anos, como já foi discutido em tópico anterior, fica evidente que a matrícula tem aumentado significativamente, no entanto, não tem garantido a frequência do aluno até o final do curso. Em um estudo feito na UFRB, para analisar a evasão na Instituição, foi diagnosticado que grande parte dos alunos que evade do curso de graduação também evade da Instituição (UFRB, 2012). Para Santos, Matos e Santos (2013), a evasão acontece pela seguinte causa:

Embora a instituição tenha ampliado a oportunidade de acesso com a adesão ao Enem/Sisu, cujo processo é facilitado pela inscrição online, em relação aos estudos presenciais, os estudantes não têm condições

de se deslocar, sendo, portanto, uma barreira para continuar na universidade. (p.11).

Compreende-se, pelos conceitos expostos, que a evasão escolar é uma interrupção nos estudos, impossibilitando a conclusão do curso. Portanto, é preciso que a instituição de ensino esteja atenta às necessidades do alunado de modo a identificar e minimizar os motivos que podem levá-lo ao abandono, sejam problemas de ordem pessoal, curricular, econômica, institucional ou profissional.

2.2.1. Causas da evasão

As conclusões das diversas pesquisas que serviram de referência para este estudo apontam para as seguintes causas principais da evasão do ensino superior brasileiro:

- **Falta de orientação vocacional/ Influências de terceiros:** estudantes muitos jovens para escolher a carreira e sem orientação vocacional cedem à vontade e sugestão dos pais e parentes. Optam pela carreira sem conhecer as próprias habilidades e competências. Há os que escolhem o curso para satisfazer a vaidade dos pais, que almejam se perpetuar por meio da herança profissional, deixada para o filho. Outras vezes inscrevem-se em cursos menos concorridos. Tais fatos levam muitos estudantes ao desinteresse e à desmotivação, que culminam na desistência, geralmente no final dos dois primeiros semestres letivos. (BARDAGI, HUTZ, 2009; DIAS, THEÓPHILO, LOPES, 2010).
- **Problemas financeiros:** os problemas financeiros têm grandes influências na decisão dos estudantes desistirem do sonho de formação superior. Este fator é percebido pelos altos índices de inadimplência. Os alunos param de estudar em função do valor das mensalidades, pois acumulam débitos, não sendo mais possível sua quitação e resultando na evasão. (LOBO, 2012; LOBO FILHO, MOTEJUNAS, HIPÓLITO, LOBO, 2007).
- **Reprovação nota/frequência:** Entende-se por reprovação o desempenho insuficiente do aluno no final de um período letivo com relação à média ou frequência mínima exigida pela IES, que o levará a cursar a disciplina novamente. (DANTAS, SILVEIRA, MUNIZ, 2015; POLYDORO, 2000; DIAS, THEÓPHILO, LOPES, 2010; CESARIANO, KREMER, DUMONT, SIMÕES, 1987).

- **Horário de trabalho incompatível com o de estudo:** a dificuldade de conciliar a jornada de trabalho e o horário escolar é fator de suma importância na decisão de abandonar a IES. A luta pelo sustento da família ocasiona a falta de tempo para se dedicar aos estudos e o trabalho. (CARDOSO, SAMPAIO, 1994; DANTAS, SANTOS, 2014; ZAGO, 2006; SILVA, 2013; RODRIGUEZ, 2011).
- **Deficiência da educação básica:** estudantes ingressam no ensino superior despreparados, com dificuldades de leitura e escrita. Como o vestibular ou Enem é classificatório, o aluno, muitas vezes, entra no ensino superior despreparado e sem noção das exigências que um curso superior requer. Assim que percebe seu despreparo, acaba abandonando o curso. (BUARQUE, 2005; SOBRINHO, 2010; TEIXEIRA, 2011; POLYDORO, 2000).
- **Estrutura:** Tem-se ainda a percepção em relação à infraestrutura da IES, pois as deficiências nas estruturas físicas das universidades são apontadas como um dos fatores que interferem nos índices da evasão. Essas estruturas incluem qualidade do espaço físico em geral, da sala de aula, dos laboratórios, dos equipamentos e da biblioteca. (DIAS; THEÓPHILO; LOPES, 2010; BUARQUE, 2005).
- **Desligamento:** O desligamento do estudante pode ser definido como: desligamento voluntário - por causa da transferência para outra instituição de ensino superior ou por expressa manifestação de vontade do aluno; desligamento involuntário- por ato administrativo - em decorrência de motivos disciplinares, se o aluno não se matricular por três semestres consecutivos, se o aluno não obtiver nenhum crédito em quatro semestres consecutivos, exceto os períodos de trancamento total. (BRASIL, 2012).
- **Desistência/Falsa desistência:** a desistência é quando o estudante frequenta a graduação até um determinado tempo e depois pede seu desligamento oficialmente à instituição. (Brasil, UFRB, 2012). A falsa desistência diz respeito àquele estudante que se matricula, mas não frequenta qualquer disciplina. (CESARIANO, KREMER, DUMONT, SIMÕES, 1987).

Para elaborar a seção seguinte, que discute os trancamentos, houve uma grande dificuldade de levantamento de dados sobre a problemática, pois poucos são os estudos que tratam deste fenômeno.

2.3. Trancamentos

2.3.1 O que são trancamentos?

O trancamento de matrícula quer dizer a suspensão temporária dos estudos. Na UFRB, o trancamento de matrícula é o ato pelo qual a Universidade, por meio de seu Regulamento do Ensino de Graduação (REG), Art.71, aprova o pedido de suspensão temporária dos estudos, dentro do prazo estipulado no Calendário Acadêmico, mantendo o aluno sua vinculação com o curso. (BRASIL, 2012).

Polydoro (2000) investigou o trancamento de matrícula e as condições envolvidas na saída e no retorno do estudante à instituição. A pesquisa foi realizada em uma instituição privada na cidade de Campinas/SP. O estudo apontou que os acadêmicos, de maneira geral, relacionaram o trancamento de matrícula a uma possibilidade de manutenção do vínculo com a IES, de forma a oportunizar o reingresso, encarando a situação como algo transitório. Dantas, Silveira e Muniz (2015), em um estudo sobre o perfil do aluno maduro, observam que “as razões para o trancamento de disciplinas, total ou parcial, estão muito mais atreladas à estratégia de permanência” (p.10).

O graduando brasileiro é mais velho do que a faixa etária ideal e se divide entre o estudo e o trabalho. Mais da metade dos alunos trabalham mais de 20 horas por semana. A incompatibilidade entre o horário das aulas e o horário de trabalho é uma justificativa para os trancamentos. (DANTAS, SILVEIRA, MUNIZ, 2015; CESARIANO, KREMER, DUMONT, 1987). O perfil do aluno que chega ao ensino superior no Brasil ainda reflete a demanda reprimida que o país não foi capaz de atender durante alguns anos. O estudante universitário brasileiro é mais velho que a faixa etária ideal de 18 a 24 anos, trabalha e tem renda familiar mensal de até 5 salários mínimos. (CESARIANO, KREMER, DUMONT, SIMÕES, 1987; CARDOSO, SAMPAIO, 2004). Para alguns estudantes, a necessidade de trabalhar lhes confere momentos de autonomia e independência, ou seja, trabalhar não está somente atrelado à renda e sim à busca por independência. (CARDOSO, SAMPAIO, 2004).

2.3.2 Definições pelo Regulamento de Ensino de Graduação (REG) da UFRB

O Regulamento do Ensino de Graduação (REG) da UFRB dispõe sobre as atribuições referentes a todos os processos que são típicos da vida universitária no âmbito da graduação, a exemplo da matrícula e suas diferentes modalidades, aproveitamento de estudos/atividades e

do ano de equivalência, atividades formativas, integralização curricular, revalidação e registro de diploma e de certificado, avaliação da aprendizagem, exercícios domiciliares, além de disposições gerais (UFRB, 2015).

O trancamento de matrícula se insere na autonomia didático-pedagógica das instituições de educação superior (IES) e suas regras devem ser inseridas no estatuto ou regimento geral da universidade ou do centro universitário.

O Regulamento do Ensino de Graduação (REG) da Universidade federal do Recôncavo da Bahia classifica trancamento como total ou parcial, a saber:

- **Trancamento total:** Art.71. O trancamento total de matrícula é a suspensão oficial das atividades acadêmicas do discente no semestre solicitado, garantindo a manutenção do vínculo ao curso de graduação.

1º O limite máximo para trancamento total é de 03 (três) períodos letivos regulares, consecutivos ou não.

2º O trancamento total deverá ser solicitado a cada período letivo, dentro do prazo fixado no Calendário Acadêmico, correspondente a 1/3 (um terço) do período letivo.

3º O trancamento total acarreta na suspensão temporária da participação do discente em todos os componentes curriculares nos quais esteja matriculado (REG, UFRB, 2012, pg. 30).

- **Trancamento parcial:** Art.76 O trancamento parcial significa a desvinculação voluntária do discente da turma referente ao componente curricular em que se encontra matriculado.

1º O trancamento parcial de matrícula em componente curricular não será concedido se solicitado depois de decorrido 1/3 (um terço) de período letivo, de acordo com data estabelecida no Calendário Acadêmico.

2º não será permitido trancamento de matrícula em um mesmo componente por mais de 01 (uma) vez, em períodos letivos consecutivos ou não. (REG, UFRB, 2012, p. 31).

O trancamento parcial será permitido desde que o estudante mantenha 8 (oito) horas semanais de atividades curriculares. Em componentes curriculares fica limitado em até vinte por cento (20%) da carga horária total do curso, ao longo de todo o curso. (BRASIL. Art. 79 e 80, UFRB, 2012). Vale ressaltar que se o estudante, no ato do seu trancamento total, estiver

dentro do período estabelecido pelo calendário acadêmico não terá necessidade de justificativa. Aqueles fora do prazo terão que justificar com atestado médico, a sua solicitação.

O REG-UFRB, além de trancamentos (totais e parciais) conceituados acima, dispõe também das modalidades de Transferência Interna, Externa e Desligamento (Art. 65), a saber:

- **Transferência interna:** Mudança de curso dentro da instituição de origem aparece na literatura com diferentes títulos: transferência interna, mobilidade ou reopção. Segundo o REG – UFRB, em seu Art. 89

Art. 89 Transferência interna é a forma de ingresso que permite ao discente da UFRB, uma única vez, por meio de processo seletivo específico, a mudança do curso de graduação a que está vinculado, para outro curso de graduação oferecido pela UFRB, atendida a seguintes condições:

I- Ter ingressado, por processo seletivo da UFRB, no curso que está vinculado.

II- Ter cursado integralmente os componentes curriculares do primeiro semestre, com aprovação de, no mínimo, três componentes (BRASIL, UFRB, 2012, pg. 36).

Muitas vezes o estudante que passa no vestibular tem problemas de identificação com o curso escolhido e desta forma surge o desejo de mudar de curso. Polydoro (2000) argumenta que “a reopção pode ser vista como uma alternativa eficaz à evasão definitiva, principalmente por oferecer condições para o ajuste da escolha profissional do estudante” (pg.63). No caso de o estudante realmente querer trocar de curso, tem basicamente duas alternativas: uma é a transferência interna, a outra é o ingresso via vestibular ou Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

- **Transferência externa:** no caso da UFRB, a transferência externa destina-se a todos os estudantes matriculados em seus cursos superiores que queiram mudar para os cursos oferecidos em outras instituições. De acordo com o REG-UFRB, Art. 87 “a transferência externa de discente só poderá ser concedida para o mesmo curso ou para cursos afins”. (BRASIL, UFRB, 2012, pg. 34).
- **Desligamento (Art.65):** O desligamento de discente dos cursos de graduação ocorrerá nas seguintes situações:

- I-** aplicação de sanção disciplinar caracterizada no art. 150 e 151, inciso V de ambos os Artigos, do Regime Geral da UFRB;
- II-** Falta de inscrição semestral em componentes curriculares do curso do discente por dois (02) semestres consecutivos ou não;
- III-** Reprovação por nota ou frequência em todos os componentes em que o discente esteja inscrito em dois (02) semestres consecutivos ou não;
- IV-** A reprovação por nota ou frequência no mesmo componente curricular em quatro (04) semestres consecutivos ou não;
- V-** Falta de conclusão de curso de graduação no prazo máximo fixado para a integralização do respectivo currículo, atestada pelo colegiado do curso, e;
- VI-** Falta de uma conclusão de uma nova modalidade/habitação/opção no prazo definido pelo Colegiado do Curso, no caso de reingresso para cursar nova modalidade/ habitação/opção;
- VII-** Detecção de matrícula em curso de graduação em outra instituição pública de ensino superior, com base na Lei Federal 12.089 de 11 de novembro de 2009;
- VIII-** Solicitação pelo discente, ou seu responsável legal, através de requerimento. (BRASIL, UFRB, 2012, pg. 27).

Para analisar a relação entre trancamento e evasão na Turma de 2010 do CSTGP, a próxima seção apresenta o quadro de análise, proposto a partir desta fundamentação teórica.

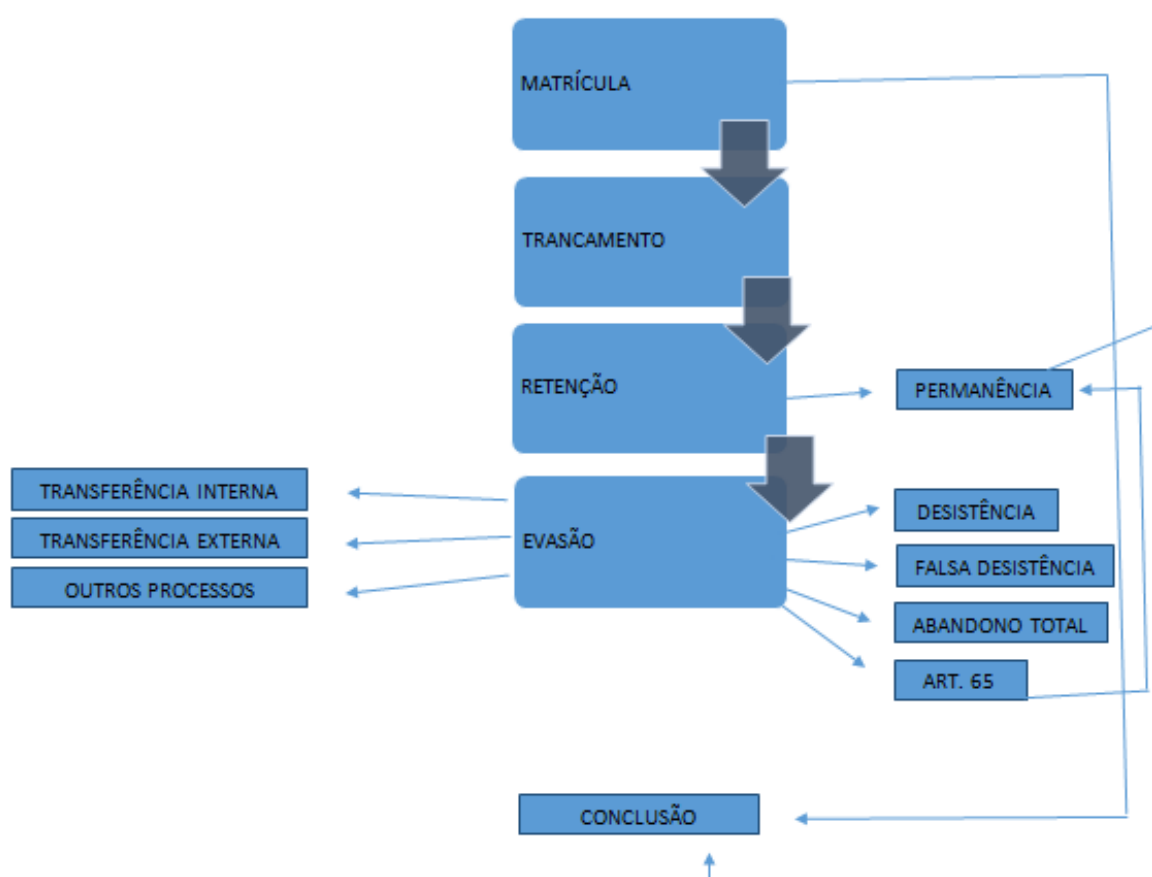
2.4. Quadro de análise

Para dar conta de responder à pergunta de pesquisa, com base no estudo bibliográfico e nos objetivos do presente trabalho, foram analisadas as seguintes variáveis: 1) número de reprovações; 2) número de trancamentos (parcial e total); 3) alunos retidos; 4) evasão: desistência, falso desistente, abandono total, Art.65, transferência interna, transferência externa, outros processos e, por fim, 5) conclusão de curso.

Para alcançar o objetivo deste trabalho, a presente pesquisa analisou a trajetória acadêmica do aluno do CSTGP, turma 2010. De acordo com o que foi visto na fundamentação teórica, foram identificados, dentre os 50 alunos matriculados, quantos usaram a ferramenta de trancamento e, a partir daí os alunos retidos. A retenção, segundo (CESARIANO, KREMER, DUMONT, SIMÕES, 1987) pode levar o aluno a permanecer no curso, mas também evadir. O aluno que permanece, conclui. Os alunos podem evadir da seguinte forma: desistência: desistir oficialmente do curso; Falsa desistência: efetuar a matrícula e nunca ter comparecido nas disciplinas; abandono total: abandonar o curso sem efetuar a desistência

oficialmente; Art.65: quando o aluno tem sua matrícula cancelada institucionalmente, mas tem o direito de pedir permanência do curso e, tendo a permanência concedida, pode concluir; Transferência interna: quando o estudante evade de seu curso de origem para outro na mesma IES (evasão de curso); Transferência externa: quando o estudante evade de sua IES de origem para outra IES (evasão institucional). O estudante pode evadir do curso e de instituição sem usar as ferramentas de transferências, simplesmente fazendo outros processos seletivos, tais como o Enem e o vestibular. Mas há, também, aqueles alunos que conseguem concluir o curso no prazo mínimo, em uma trajetória linear, da matrícula à conclusão.

Esquema representativo da pesquisa:



Fonte: Elaboração própria, com base nos estudos bibliográficos.

3. MÉTODO

Este capítulo refere-se aos procedimentos utilizados para a realização do presente estudo, apresentando a abrangência temporal e geográfica, sujeitos e fontes, as etapas de pesquisa, tipos de análise adotados e compromissos éticos.

3.1. Abrangência temporal e geográfica

Foi observado o comportamento da Turma 2010 do CSTGP no CAHL/UFRB entre os semestres 2010.1 e 2014.2 porque o tempo de integralização do Curso é de seis semestres. Em 2014.2, se encerrou o prazo máximo de formação para a turma (10 semestres), de acordo com o projeto pedagógico do curso, o que favorece a investigação do seu comportamento em 2015.1. Cabe salientar que a Turma 2010 foi a primeira turma do CSTGP.

3.2. Sujeitos e fontes

A população alvo para uma investigação sobre as relações entre trancamento e evasão na Educação Superior, que implicam diversos tipos de mobilidade ou retenção, além de abandono, foi definida como a Turma 2010 do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Os documentos investigados foram: Regulamento do Ensino de Graduação (REG) da UFRB, processos de trancamento (total, parcial), listas dos alunos ativos e inativos e históricos escolares.

3.3. Etapas da pesquisa

Fase I – Construção da base teórica e definição da viabilidade de coleta (contatos com o Colegiado do CSTGP e com a SURRAC)

Fase II – Levantamento de dados e montagem da base de dados a partir da categorização e tabulação das informações dos processos e das listas de acompanhamento do Núcleo de Apoio Acadêmico (NUAC), bem como dos históricos escolares, a fim de identificar se há as mencionadas relações entre trancamento e evasão.

Além disto, foi realizada uma visita à SURRAC (Superintendência de Regulamentação e Registros Acadêmicos), em que houve identificação de processos de trancamento (parcial e total), bem como de transferências e de cancelamentos, para levantamento das razões apresentadas pelos alunos à UFRB.

Fase III – Análises e elaboração do texto final.

3.4. Tipos de análise adotados

A análise documental realizada considerou as informações existentes no Regulamento do Ensino de Graduação (REG). Nele, estão disponibilizadas atribuições referentes a todos os processos que são típicos da vida universitária no âmbito da graduação, a exemplo da matrícula e suas diferentes modalidades, aproveitamento de estudos/atividades e do ano de equivalência, atividades formativas, integralização curricular, revalidação e registro de diploma e de certificado, avaliação da aprendizagem, exercícios domiciliares, além de disposições gerais.

Foram analisados também os processos de trancamentos (total e parcial), ferramentas utilizadas pelos estudantes para a suspensão das atividades no semestre solicitado (trancamento total) ou para sua desvinculação de um componente curricular no qual se encontra matriculado (trancamento parcial). Nestes documentos, foram levantadas as razões apresentadas pelos alunos na solicitação dos trancamentos, posteriormente categorizadas.

Por fim, o foco foi dado nas listas de alunos obtidas no NUAC, das quais foram obtidas informações sobre o *status* dos alunos. Isto posto, os históricos escolares foram analisados para sistematização dos dados sobre aprovações, reprovações, trancamentos, aproveitamentos, *score*, etc. Foram buscadas associações entre *status* do aluno ao final do curso e número de reprovações, de aprovações e de trancamentos. Em seguida foi observada a relação entre evasão e trancamento.

3.5. Compromissos éticos

Para acesso aos processos físicos, foi feito um pedido ao Colegiado do CSTGP, para que o mesmo encaminhasse a solicitação de acesso aos processos à SURRAC. O Colegiado levou a solicitação para reunião, na qual foi discutida e aprovada por unanimidade, sendo encaminhada à SURRAC. Para acesso aos processos, foi assinado um documento que assegurava o total sigilo na identificação dos alunos cujas informações contidas nos processos de trancamentos foram analisadas. O termo de compromisso está disponível no apêndice.

4. O CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

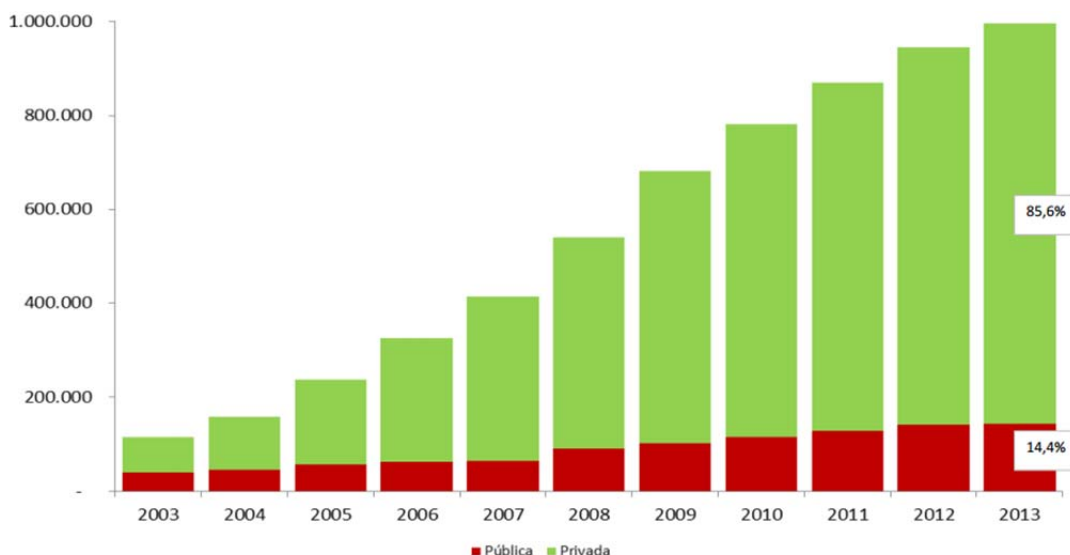
4.1. Breve Panorama dos Cursos Superiores Tecnológicos no Brasil

Os cursos superiores de tecnologia nasceram na década de 1970, de forma tímida. A força do trabalho brasileira contou por muito tempo com trabalhadores carentes de qualificação (ACIOLI, JUCÁ, OLIVEIRA, SOUZA, 2011).

Sendo parte do ensino superior, os cursos de graduação tecnológicos visam atender as demandas específicas do mercado de trabalho, são abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio, abrangendo os diversos setores da economia. Os graduados nestes cursos denominam-se "tecnólogos" e são profissionais de nível superior, especializados em segmentos de uma ou mais áreas profissionais com predominância de uma delas. (INEP, 2013).

No gráfico a seguir, é demonstrado o avanço de matrículas na graduação de grau tecnológico no período de dez anos, entre 2003 a 2013.

Gráfico II: Evolução do Número de Matrículas de Graduação do Grau Tecnológico – Brasil – 2003-2013:



Fonte: Mec/Inep

A maior parte do crescimento do número de matrículas de cursos tecnológicos se deu no setor privado, que responde por 85,6% da oferta. Entretanto, os cursos oferecidos por instituições públicas de ensino também registraram crescimento. São investimentos de R\$ 2,4 bilhões que estão sendo feitos pelo Governo Federal para a expansão da educação

profissional, nos níveis federal, estaduais e municipais (INEP. 2013). Segundo Acioli, Jucá, Oliveira e Souza (2011),

Essa expansão possibilitou o acesso de uma diversidade de estudantes contribuindo decisivamente para a mudança do perfil do aluno do ensino superior – predominantemente do setor privado e do período noturno -, suprimindo, desta forma, a necessidade dos alunos trabalhadores anteriormente excluídos dos cursos superiores, pelo número restrito de vagas no período noturno (p.04).

O que antes era um curso voltado para a qualificação da mão de obra, hoje, os Cursos Superiores Tecnológicos (CSTs) buscam promover o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e bens e serviços. Visam acompanhar as mudanças nas condições do trabalho, promovem a continuidade dos estudos em cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), têm flexibilidade nas suas ações, incorporam em seus currículos a gestão de novas tecnologias, compreendendo a avaliação dos aspectos ambientais, sociais e econômicos (INEP, 2013).

4.2 O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (CSTGP), de caráter tecnológico, é ofertado na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no campus do Centro de Artes, Humanidades e Letras, na cidade de Cachoeira. De acordo com a Resolução N°011/2010 que aprova o projeto pedagógico de Criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública:

Art. 2°O curso terá as seguintes características:

I- Localização- Centro de Artes, Humanidades e Letras na cidade de Cachoeira - BA.

II- Grau- Superior

III-Objetivo Geral- Formar, através da perspectiva multidisciplinar, Tecnólogos em Gestão Pública aptos a compreender a importância do contexto econômico, político e social na formulação de estratégia, no desenho, na implementação e na avaliação de programas e de políticas públicas de desenvolvimento regional e social.

Segundo Montenegro e Zimmermann (2010),

O campo de atuação para o profissional a ser formado pela UFRB será bastante amplo. O curso visa, antes de tudo, formar profissionais para atuar em órgãos governamentais públicos tanto em nível municipal, estadual e federal, bem como em organizações da sociedade civil, terceiro setor e em projetos sociais de fundações. Assim sendo, o profissional deve ser requisitado, em diversas organizações, para atuar nas etapas de análise de

alternativas, definição de opções, monitoramento e acompanhamento de ações no âmbito das políticas públicas. (p. 03)

O CSTGP tem regime de matrícula semestral, com entrada anual. Sua forma de ingresso é pelo Enem e para portador de diploma. Oferece 50 vagas no turno noturno com as seguintes cargas horárias por componentes curriculares: disciplinas obrigatórias com 1.530 horas/aulas, as optativas com 170 horas, as atividades complementares de 68 horas, o estágio de 102 horas, em uma carga horária total de 1.870 horas. O tempo de integralização do curso é de no mínimo três anos, médio de quatro anos e no máximo cinco anos. (BRASIL, UFRB, 2015).

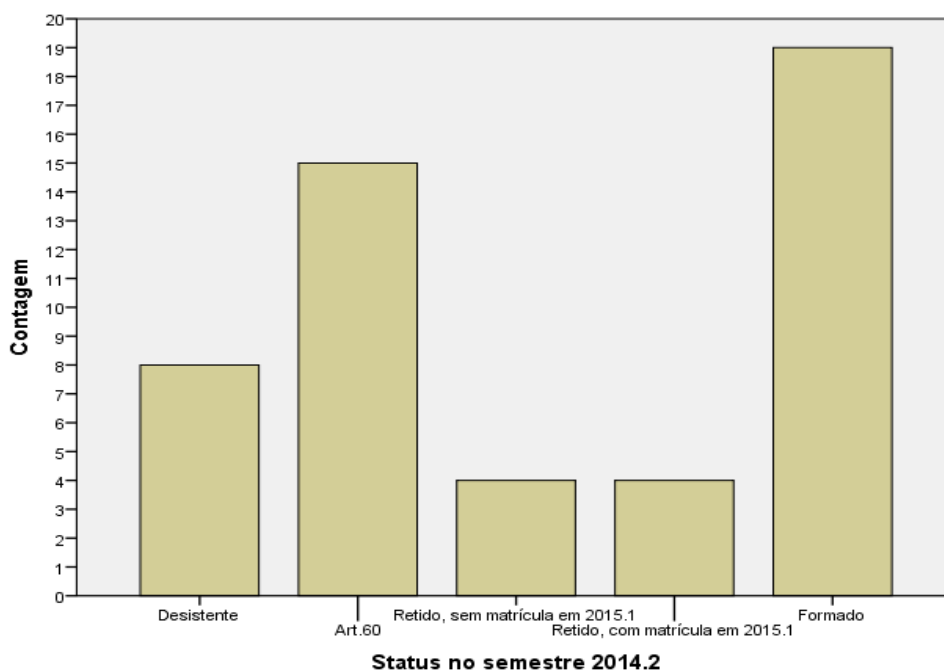
Na próxima seção são apresentados os resultados desta pesquisa, que estão divididos em subseções para melhor entendimento.

5. RELAÇÃO ENTRE TRANCAMENTO E EVASÃO NO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA (CSTGP).

5.1. Turma 2010 do CSTGP

O CSTGP em 2010 recebeu sua primeira turma, com 50 alunos, contabilizando 28 alunos do gênero masculino e 22 femininos (dados obtidos da lista de alunos ativos e inativos). No gráfico seguinte será apresentado o *status* da turma de 2010 no semestre 2014.2.

Gráfico III: Status no semestre 2014.2



Fonte: DANTAS, a partir da pesquisa feita da Turma 2010 do CSTGP – UFRB em 2014.2.

Dos 50 alunos iniciais, 08 desistiram, alguns para migrar para outros cursos. Como visto em Santos, Matos e Santos (2013): “a evasão, não significa a saída do sistema de ensino superior, pois muitos desistiram de um curso em detrimento de outro curso superior.” (p. 11). Das 8 desistências, 6 foram classificadas evasões de IES e 2 de curso. Outro fator preocupante são os 15 alunos (30%) que saíram da Universidade pelo antigo Art. 60, denominado Art. 65. Os estudantes da Turma 2010, desligados pelo Art.65, saíram pelos incisos: III- reprovação por nota ou frequência em todos os componentes em que o discente esteja inscrito em dois (02) semestres consecutivos ou não; IV- a reprovação por nota ou frequência no mesmo componente curricular em quatro (04) semestres consecutivos ou não; VI- falta de uma conclusão de uma nova modalidade/habitação/opção no prazo definido pelo Colegiado do Curso; VII- detecção de matrícula

em curso de graduação em outra instituição pública de ensino superior; e VIII- solicitação pelo discente, ou seu responsável legal, através de requerimento.

Também foram detectados na pesquisa 08 estudantes ainda retidos (04 dos quais sem matrícula). Na falta de inscrição semestral em componentes curriculares do curso por dois (02) semestres consecutivos ou não, esses estudantes retidos sem matrícula entrarão no Art.65 e serão desligados do curso. Estes estudantes deverão comparecer ao NUAC, no prazo estabelecido para dar entrada ao processo de permanência de curso, que será encaminhado ao Colegiado para as devidas providências.

Em 2014.2 (ano 2015), dos 50 alunos matriculados, apenas 19 (38%) haviam se formado, número bastante preocupante. As desistências aconteceram no primeiro semestre (3), terceiro semestre (4) e quarto semestre (1). O maior número de desistência ocorreu no terceiro semestre. No decorrer da pesquisa, foram identificados 10 alunos denominados falsos desistentes: “aquele aluno que se matriculava e, não frequentava qualquer disciplina” (Cesariano, Kremer, Dumont, Simões1987, p.183).

Na Tabela II, é apresentado o número de reprovações por (in) frequência durante o curso.

Tabela II: Número total de reprovações por frequência durante o curso

Número de reprovações por frequência	Número de alunos	% válido
0	10	20,0
1	6	12,0
2	2	4,0
3	1	2,0
4	5	10,0
5	4	8,0
6	4	8,0
7	5	10,0
8	1	2,0
9	7	14,0
10	2	4,0
11	1	2,0

13	1	2,0
19	1	2,0
Total	50	100,0

Fonte: DANTAS, a partir da pesquisa feita da Turma 2010 do CSTGP – UFRB em 2014.2.

A Tabela II apresenta as reprovações por infrequência. De um total de 50 alunos ingressantes no curso, 40 (80%) dos estudantes teve reprovações por frequência, tendo 6 alunos com 1 reprovação e 1 aluno com 19 reprovações (número máximo observado), ou seja, os estudantes se matricularam e não frequentaram determinadas disciplinas, o que já havia sido relatado por Dantas, Silveira e Muniz (2015). Dentre estes 40 estudantes que sofreram reprovações por frequência, 10 nunca compareceram em nenhuma disciplina, ou seja, efetuaram a matrícula, mas nunca frequentaram.

Na Tabela III a seguir é apresentado o número de reprovações por nota.

Tabela III: Número total de reprovações por nota durante o curso

Número de reprovações por nota	Número de alunos	% válida
0	24	48,0
1	11	22,0
2	4	8,0
3	2	4,0
4	3	6,0
6	1	2,0
8	1	2,0
11	1	2,0
15	1	2,0
16	2	4,0
Total	50	100,0

Fonte: DANTAS, a partir da pesquisa feita da Turma 2010 do CSTGP – UFRB em 2014.2.

A Tabela III mostra o número de reprovação por nota no período de 2010.1- 2014.2 somando um total de 26 (52%) alunos que, em algum momento do Curso, foram reprovados. Dentre estes, 11 estudantes tiveram 1 reprovação e 2, 16 reprovações (número máximo). Alguns estudos entendem a reprovação por nota como o desempenho insuficiente do aluno no final de um período letivo com relação à média. (POLYDORO, 2000; DIAS, THEÓPHILO,

LOPES, 2010). Na turma 2010 do CSTGP, este resultado não foi tão considerável quanto por reprovação por (in) frequência, como visto na Tabela anterior.

A Tabela IV, a seguir, apresenta o número total de trancamentos parciais durante o curso no período de 2010.1 a 2014.2. De acordo com a Tabela IV, durante o período de 2010.1 a 2014.2, houve 8 trancamentos parciais, sendo que 1 estudante trancou (1) disciplina durante o curso; 5 estudantes trancaram (2) disciplinas; 1 estudante trancou (3) disciplinas e um estudante efetuou trancamentos em (8) disciplinas.

Tabela IV: Número de disciplinas trancadas parcialmente durante o curso

Número de disciplinas trancadas parcialmente	Número de alunos	% válido
0	42	84,0
1	1	2,0
2	5	10,0
3	1	2,0
8	1	2,0
Total	50	100,0

Fonte: DANTAS, a partir da pesquisa feita da Turma 2010 do CSTGP – UFRB em 2014.2.

Em relação aos trancamentos totais, dos 50 alunos matriculados, 46 nunca o efetuaram e 4 o fizeram uma única vez. Este número é reduzido quando observado, no mesmo período, o número de reprovações por frequência visto na Tabela II. O aluno da Turma 2010 não utilizou com frequência, portanto, o trancamento total.

Tabela V: Número de trancamentos totais durante o curso

Número de trancamentos totais	Número de alunos	% Valido
0	46	92,0
1	4	8,0
Total	50	100,0

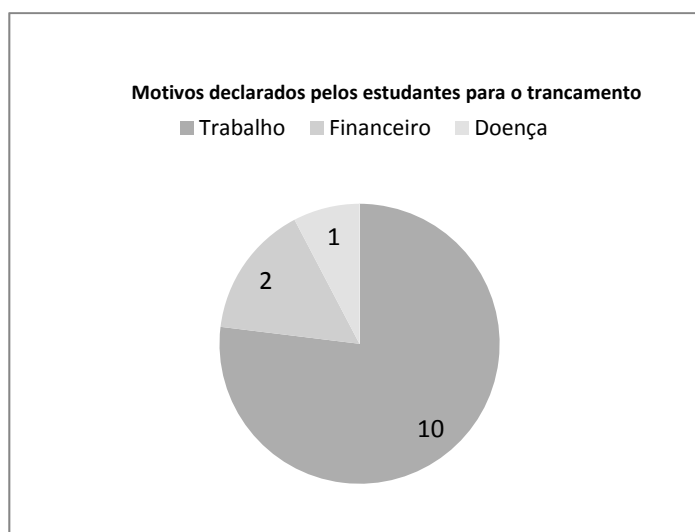
Fonte: DANTAS, a partir da pesquisa feita da Turma 2010 do CSTGP – UFRB em 2014.2.

Desta maneira, os dados de trancamentos (totais e parciais) confirmam o que Polydoro (2000) e Dantas, Silveira e Muniz (2015) dizem quando referem que o trancamento de matrícula pode representar uma possibilidade de manutenção do vínculo com a IES, de forma a oportunizar o reingresso, encarando a situação como algo transitório e desta forma favorecendo a conclusão do curso.

5.2. Razões declaradas para os trancamentos e desistências

No ano de 2010 o CSTGP seguia o Regulamento de Graduação de 2009. Naquele regulamento, o estudante tinha que justificar os motivos pelos quais estava efetuando o trancamento ou a desistência do curso. No Regulamento de 2012, vigente, para o aluno que efetuar a solicitação dentro do prazo, não é necessário apresentar a justificativa.

Gráfico IV: Motivos de trancamento

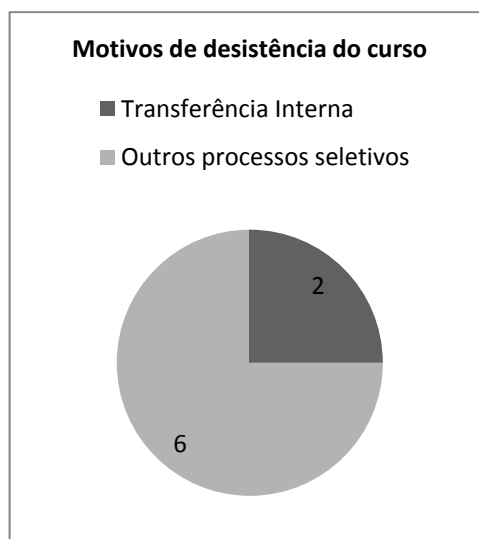


Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa feita nos processos físicos na SURRAC.

A análise dos 13 processos de trancamentos (totais e parciais), na busca por motivos declarados pelos trancamentos, indica dificuldades financeiras (2), trabalho (10) e doença (1), sendo o trabalho o fator predominante, como visto por Zago (2006); Silva (2013); e Rodriguez (2011). A dificuldade de conciliar a jornada de trabalho e o horário escolar é fator de suma importância na decisão de abandonar a IES. No caso dos alunos do CSTGP, eles efetuaram o trancamento.

No gráfico a seguir, estão representados os motivos pelos quais os estudantes desistiram do curso.

Gráfico V: Motivos de desistência



Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa feita nos processos físicos na SURRAC.

Dos 8 processos de desistências, 6 estudantes evadiram da Instituição, realizando a transferência externa ou outros processos seletivos. Não obtivemos esta informação, pois os estudantes que evadiram da IES não identificaram quais processos seletivos foram utilizados. Das 8 desistências, 2 evadiram do curso de origem, mas não evadiram da IES, ou seja, efetuaram o processo seletivo de transferência Interna (Mudança de curso dentro da instituição de origem). Em estudo feito por Santos, Matos e Santos (2013) sobre evasão na UFRB, a localização geográfica era a justificativa para a desistência. No CSTGP, na Turma 2010, o fator predominante para a desistência foi a migração para outra instituição.

As desistências aconteceram no primeiro semestre (3), terceiro semestre (4) e quarto semestre (1). Desta maneira, o resultado desta pesquisa confirma o estudo sobre a evasão na UFRB feita pela Pró-reitora de Graduação (PROGRAD) que aponta que “uma grande parte dos estudantes que evadem dos cursos de graduação da UFRB também evade da instituição” (p.4).

5.3. Relações entre trancamento e evasão

Como foi visto em análises anteriores, o aluno da Turma 2010 não utilizou com frequência a ferramenta de trancamento. Talvez por esta razão não tenha sido encontrada relação estatisticamente significativa entre evasão e trancamento. No entanto, ainda que não significativa a 95%, foi encontrada relação entre Status de formatura e trancamentos parciais, talvez sugerindo que o aluno que deseja se formar utiliza o trancamento como estratégia de permanência. Como visto em estudos anteriores, a exemplo dos realizados por Dantas, Silveira e Muniz (2015) e Polydoro (2000), que relacionaram o trancamento de matrícula a uma possibilidade de manutenção do vínculo com a IES, de forma a oportunizar o reingresso, encarando a situação como algo transitório e desta forma concluindo o curso.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi investigar quais as relações entre trancamento e evasão no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Para analisá-las utilizamos (05) variáveis: 1) número de reprovações; 2) Número de trancamentos (parcial total); 3) Alunos retidos; 4) tipos de evasão: desistência, falso desistente, abandono total, Art.65, transferência interna, transferência externa, outros processos e por fim, 5) conclusão de curso.

Em 2014.2, dos 50 alunos iniciais, 19 (38%) haviam se formado; 08 desistiram (2 para migrar para outros cursos nas IES de origem e 6 para outras IES). As desistências aconteceram no primeiro semestre (3), terceiro semestre (4) e quarto semestre (1); 15 (30%) tinham saído pelo Art. 60 do Regulamento de Graduação; e 08 estão ainda retidos (04 dos quais sem matrícula). As causas de retenção acontecem tanto pelos trancamentos, quanto pelas reprovações por nota e reprovações por frequência. Entre 2010.1 e 2014.2, os números de trancamentos parciais durante o curso somaram 8 e trancamentos totais 6. A análise dos processos, na busca por motivos declarados de trancamento, indicou dificuldades financeiras, trabalho e doença, sendo o trabalho o fator predominante. O trabalho hoje é realidade de muitos estudantes (CARDOSO, SAMPAIO, 1994; DANTAS, SANTOS, 2014). Os números de trancamentos foram reduzidos quando observado, no mesmo período, o número de reprovações por frequência: 40. Além disso, ao total, foram 26 reprovações por nota.

Conclui-se que o aluno da Turma 2010 não utilizou com frequência, portanto, o trancamento. Talvez por esta razão não tenha sido encontrada relação estatisticamente significativa entre evasão e trancamento. No entanto, ainda que não significativa a 95%, foi encontrada relação entre *status* de formatura e trancamentos parciais, talvez sugerindo que o aluno que deseja se formar utiliza o trancamento como estratégia de permanência (DANTAS, SILVEIRA, MUNIZ, 2015; POLYDORO 2000).

Talvez seja o momento de a Universidade pensar em mecanismos, tais como a mobilidade dos alunos em outros cursos, como, por exemplo, oferecer disciplinas em outros campos da IES, e oferecer disciplinas em horários possíveis para o aluno. O curso de meio período, decorrência do perfil do aluno já inserido no mercado de trabalho, não permite na prática, que o aluno se desenvolva no seu ritmo próprio.

A incompatibilidade de horário, bem com a rígida carga horária das disciplinas, funciona como empecilho ao andamento de uma vida acadêmica regular para a maioria dos

alunos. É urgente também que o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública realize um estudo das causas do seu índice elevado de reprovações por frequência.

7. REFERÊNCIAS

ACIOLI, Maria de Fátima da Costa Lippo. JUCÁ, Mario Cesar. OLIVEIRA, Paulo Jorge de. SOUZA, Romildo José de. Cursos Superiores de Tecnologia: Percepção dos alunos das instituições de ensino superior no Estado de Alagoas. **XI Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis, 7 a 9 de dezembro de 2011.

BARDAGI, M. P. HUTZ, C. S. “Não havia outra saída”: percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. **Psico – USF**, vol.14, n.1, p.95-105, jan./abr. 2009.

BARBETA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às Ciências Sociais. 7º ed. Florianópolis: **Ed. da UFSC**, 2008. 315 p. (Série Didática).

BRASIL. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Diagnóstico preliminar sobre evasão em cursos de graduação da ufrb (2009.1-2011.2)**. Cruz das Almas- BA, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Resolução CONAC nº 011/2010**, de 11 de maio 2010. Aprova o Projeto Político Pedagógico de Criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - Noturno desta Universidade. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/cahl/images/legislacao/resolucao-11-10-conac-aprovacao_gestao_publica.pdf (Acessado em 30/11/2015).

BRASIL. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Resolução CONAC nº 022/2012**, de 02 de agosto 2012. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de estágio obrigatório e não obrigatório do Curso de Tecnologia em Gestão Pública. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/estagio/regulamentos> (Acessado em 30/11/2015).

BRASIL. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). **Regulamento do Ensino de Graduação (REG)**. Cruz das Almas; UFRB, 2012.

BRASIL. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública**. Disponível: <https://www.ufrb.edu.br/cahl/cursos/gestao-publica> (Acesso em 30/11/2015).

BRASIL. MEC. **Revista ProUni**. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1085> (acessado em 15/05/2014).

BRASIL.MEC. **Revista Reuni**. Brasília: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&Itemid=1085&msg=1 (acessado em 15/05/2014).

BRASIL. MEC. **Programa de Financiamento Estudantil (FIES)**. Brasília: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>. (acessado em 15/05/2014).

BUARQUE, C. **A refundação da universidade**. In Série Grandes Depoimentos. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Brasília: ABMES Editora, 2005.

CARDOSO, Ruth C. L.; SAMPAIO, Helena. Estudantes Universitários e o Trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1994. p. 1-26. Disponível em: WWW.anpocs.org.br. (acesso em: 18/12/2015).

CESARIANO, Maria Augusta da Nóbrega. KREMER, Jeannette Marguerite. DUMONT, Marcia Milton Viana. SIMÕES, Alie dir Marcelina dos Santos. A retenção de alunos por infrequência, aproveitamento e trancamento de matrícula no Curso de Graduação de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais. **R. Esc. Bibliotecon.** UFMG, B. Horizonte, 16(2): 159-190, set.1987.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. NACIMENTO, Eduardo Mendes. DURSO, Samuel de Oliveira. Razões e influências para a evasão universitária: um estudo com estudantes ingressantes nos cursos de Ciências Contábeis de instituições públicas federais da Região Sudeste. **VI Congresso USP Controladoria e Contabilidade**. São Paulo, 21 a 23 de julho de 2014.

DANTAS, L. M. V. **Perfil da Turma 2014.1 do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública**. Cachoeira, UFRB, 2014. Disponível em: https://www1.ufrb.edu.br/gestaopublica/images/phocadownload/perfil_turma_CSTGP_ingressantes_20141.pdf. (acesso em 04/07/2015).

DANTAS, L. M.V.; SANTOS, G.G. dos. A universidade e seus novos alunos: estranhamento e aproximação. **Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social**. Cachoeira, BA, 2014.

DANTAS, L. M. V; SILVEIRA, O. M. C; MUNIZ, E.G. da S. Contribuições para políticas de permanência na Educação Superior: o perfil do aluno maduro. **Anais do IX Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**. Aracaju, SE, 2015.

DIAS, E. C. M.; THEÓPHILO, C. R.; LOPES, M. A. S. Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de 16 Montes Claros – Unimontes – MG. In: **Anais do Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**, 7., São Paulo: Êxito Editora, 2010.

LOBO FILHO, Roberto Leal; MOTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar; LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. A evasão no ensino superior. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p. 641-659, set/dez. 2007.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo da Educação Superior**, 2013. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf. (Acessado em: 15/10/2014).

LOBO, M. B.de C.M. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. **Instituto Lobo para desenvolvimento da educação, da ciência e da tecnologia**. São Paulo, 2012.

MONTENEGRO, Nelson Eugênio Pinheiro; ZIMMERMANN, Clovis. O Curso de Gestão Pública no Recôncavo da Bahia. **Temas de administração pública** (UNESP. Araraquara), v.1, p. 1-11, 2010.

POLYDORO, S. A. J. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: condições de saída e de retorno à instituição**. 2000. 179 f. Tese (Doutorado

em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

RODRIGUEZ, Alexandre. Fatores de Permanência e Evasão de Estudantes do Ensino Superior Privado Brasileiro. **Caderno de Administração**. São Paulo: Revista da Faculdade de Administração da FEA. V.5. N. 1 (2011). Pg. 1-20.

SANTOS, Janete dos. MATOS, Aline Pereira da Silva. SANTOS, Gilvan Silva dos Santos. Evasão na Educação Superior: um estudo preliminar na UFRB. **XIII Colóquio de Gestão Universitária em América**. Nov.2013, p.01-12. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

SILVA, Glauco Peres da. Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.18, n. 2, p.331-333, jul. 2013.

SOBRINHO, José Dias. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010.

TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. Entre a escola pública e a universidade: longa travessia para jovens de origem popular. In: SAMPAIO, S.M.R. (Org). **Observatório da vida estudantil**. Primeiros Estudos. EDUFBA; Salvador, 2011, p.27-51.

VELOSO, T. C. M. A. e ALMEIDA, E. P. (2001). Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá: um processo de exclusão. **Trabalho apresentado na 24ª Reunião anual da ANPED**. Obtido em 21 de julho de 2002 no WorldWide Web. www.anped.org.br/24/tp1.htm em 21.07.02

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**. vol.11, n. 32, maio/ago. 2006.

8. APÊNDICES



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades e Letras
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Pelo presente Instrumento, nós, Lys Maria Vinhaes Dantas, SIAPE 1844377, CPF 286.038.955-72, professora-orientadora vinculada ao Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e Jucliene de Jesus Santos, aluna matriculada regularmente no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia sob o nº 2012.1136- 8, CPF. 017481125-03, em processo de realização de pesquisa para elaboração do trabalho de conclusão de curso, comprometemo-nos a manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação identificadora dos sujeitos de pesquisa a que tivermos acesso em função das atividades concernentes à coleta, tratamento e análise de dados para a pesquisa *Trancamento e Evasão no Ensino Superior: uma análise da turma de 2010 do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública*.

O compromisso de sigilo é permanente e perdurará durante e após a defesa do referido trabalho.

Cachoeira, 28 de julho de 2014

Jucliene de Jesus Santos

Lys Maria Vinhaes Dantas